

Alta das tarifas no Real é o dobro da inflação

Varição de 180,7% nos preços administrados desde 1995, contra avanço de 72,8% do IPCA, preocupa BC

Mirelle de França, Flávia Oliveira e Gilberto Scofield Jr.

• O reajuste das tarifas públicas que põe em risco o cumprimento da meta de inflação deste ano, como já admitiu o próprio Banco Central na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copol), não é um fenômeno recente no país. De janeiro de 1995 a julho deste ano, segundo cálculos da Tendências Consultoria, os chamados preços administrados (que incluem gastos com energia elétrica, água e esgoto, telefonia, combustíveis e transportes, entre outros) subiram em média 180,7%.

A variação é mais que o dobro da alta de 72,8% apresentada no mesmo período pelo sistema de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, usado como referência no sistema de metas de inflação e que este ano deve ultrapassar o teto de 6% estabelecido pelo governo. Segundo o BC, as tarifas públicas devem continuar pressionando a inflação até o fim do ano, contribuindo com 2,9% para o IPCA.

Tarifas já pesam mais do que alimentos na inflação

— Os preços administrados, de fato, foram os que mais subiram. Especialmente a partir de agosto de 1999, quando a ponderação do IPCA mudou e o peso das tarifas aumentou muito — diz Marcela Prada, economista da Tendências.

A mudança na ponderação é um indicio do efeito negativo do aumento das tarifas na renda das famílias. Em janeiro de 1995, o peso dos preços administrados na inflação era de 12%, de acordo com a Pesquisa

de Orçamento Familiar (POF) do IBGE. Isso significa que, de cada cem reais recebidos pelas famílias naquele ano, R\$ 12 iam para o pagamento das tarifas públicas.

Já em julho deste ano, último dado disponível, o peso dos preços administrados no índice alcançou 23,6%, segundo Marcela. Em vez dos R\$ 12, portanto, as tarifas passaram a tomar R\$ 23,60 de cada cem reais das famílias. A mudança de ponderação foi implementada depois da realização de uma nova POF pelo IBGE.

Reajustes salariais não acompanham preços

O economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), lembra que os gastos com habitação, por exemplo, já têm peso superior ao dos alimentos. Historicamente, eram eles que concentravam as despesas mensais dos brasileiros.

— Realmente, as tarifas nos últimos anos se tornaram o principal item na cesta de consumo das famílias — ressaltou o economista da FGV

Neri pondera, contudo, que os índices de inflação tomam por base quantidades fixas de consumo. Ou seja, qualquer redução na demanda em reação ao aumento de preços é ignorada no cálculo da inflação. Para ele, no entanto, dificilmente as famílias brasileiras conseguiram absorver todo o reajuste das tarifas públicas sem mudar o padrão de consumo.

Uma pessoa que vai trabalhar de carro todos os dias pode passar a andar de ônibus ou metrô se a gasolina fica cara demais. Mas o IPCA não

captava essa mudança nos gastos mensais.

— O impacto foi alto, mas não na proporção exata dos reajustes. Apesar de os preços administrados serem, em geral, de demanda inelástica (que não é possível eliminar do orçamento), houve com certeza uma redução no consumo — diz Neri.

De acordo com Luís Afonso Lima, economista-sênior do BBV Banco, no longo prazo as tarifas têm sido cruéis para os trabalhadores.

A variação dos preços administrados



FONTE: IBGE e Tendências Consultoria

TRADUZINDO O ECONOMÊS

IPCA

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo foi a taxa escolhida pelo governo para ser referência do sistema de metas de inflação. É calculado mensalmente pelo IBGE em nove regiões metropolitanas e duas capitais brasileiras. Considera a variação dos preços no orçamento das famílias com renda de um a 40 salários-mínimos. De janeiro a julho deste ano, acumula variação de 4,32%.

PREÇOS ADMINISTRADOS

São todas as tarifas cujos reajustes são determinados ou influenciados por decisões do governo. Integram este grupo os preços de água, gás, gasolina, óleo diesel, álcool, metrô, ônibus, trem, avião, correios, telefones público, celular e fixo e IPTU. Alguns serviços, mesmo privatizados, também têm seus preços determinados pelo governo. As empresas de telefonia, gás e energia elétrica, por exemplo, têm regras de revisão de tarifas estabelecidas nos contratos de concessão.

justes salariais raramente acompanham o avanço do custo de vida, especialmente o avanço dos preços administrados pelo governo, que vêm subindo bem acima da inflação oficial.

— Durante o Plano Real até agosto, o reajuste acumulado no salário dos petroleiros foi de 85,05% para uma inflação, segundo o Índice de Custo de Vida do Dieese, de 144%. O reajuste dos salários é pouco mais do que a metade da inflação — disse Corbo. ■

Gasolina e luz sobem até o fim do ano

Mônica Tavares

• BRASILIA. Até o fim do ano, o preço dos combustíveis e as tarifas de energia elétrica vão aumentar. Também estão previstos reajustes na telefonia celular mas, devido à competição no setor, é possível que não haja aumento para atrair os consumidores.

Os preços de gasolina e diesel para o consumidor devem subir entre 2,8% e 3,6% em 5 de outubro, quando está marcada a nova revisão trimestral feita pelo governo. E o gás de cozinha terá alta de 2,1% a 2,7%. Os reajustes dependem da variação do câmbio e da cotação do petróleo no mercado internacional. A principal razão para o aumento será a variação do dólar, porque o preço do produto no exterior está quase estável, em torno de US\$ 26.

Já a Light deve reajustar a partir de 7 de novembro, e a Cerj em 31 de dezembro. Os últimos aumentos da Light foram de 15,57% em 7 de novembro do ano passado e 1,55% em 7 de fevereiro deste ano. Na Cerj, foram de 15,91% em dezembro e 1,90% em fevereiro.